

# OMNILATERALIDADE E EMANCIPAÇÃO HUMANA

**Autor:** Expedito Vital Marinho Junior  
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade  
Estadual do Ceará (UECE).

**Co-autor:** Stephanie Barros Araújo  
Graduanda em Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Nossa pesquisa está dividida em dois momentos: primeiramente, discutimos o equívoco entre a concepção de emancipação política e emancipação humana para, posteriormente nos debruçarmos de forma mais direta nos escritos de MARX e ENGELS (1985, 2006, 2008, 2010, 2011, 2012), na busca dos alicerces de uma educação omnilateral. Para melhor delinear essa filosofia educacional, tomaremos alguns autores que estudam as obras dos autores supracitados, dentre eles: ENGUITA (1985), LESSA & TONET (2008), TONET (2005, 2007), VÁZQUEZ (2008), tentando vincular ensino com produção material. Caracterizamos nosso estudo como de cunho bibliográfico. Chegamos, ao fim de nossa análise, à conclusão de que do arcabouço conceitual de Marx e Engels, poderemos extrair elementos relevantes para uma filosofia da educação. Algo mais abrangente do que métodos de ensino, por exemplo.

**Palavras-chave:** Educação. Trabalho. Emancipação Humana. Cidadania.

## 1. Emancipação política como sinônimo de emancipação humana e a crítica marxista

Nas últimas décadas do século XX, passou-se a vincular o termo cidadania a perspectiva de libertação (emancipação) humana. Muitos são os intelectuais que pregam a busca e a luta pelos direitos e deveres político-civis como fim último que cada ser humano deve ter enquanto ser social; para eles, emancipação política e emancipação humana teriam o mesmo sentido. No entanto, apoiados em estudos mais detalhados sobre o real significado de ambos os termos, podemos encontrar em Marx, por exemplo, o falseamento de tal idéia. Para expor mais claramente o que afirmamos, nos deteremos, neste momento, no significado do termo *cidadania* para diferentes grupos de categorias diversas; assim, procuraremos discutir quais as reais características que estão impregnadas nesta busca.

Em nossa sociedade, é corrente a percepção do homem como o lobo dele mesmo. Segundo tal concepção, o ser humano é um animal, naturalmente, egoísta e, portanto, fechado em uma mônoda, preocupando-se exclusivamente consigo. Assim sendo, caberia ao *direito* e à *política* regular as relações entre esses homens, pois, independente de sua vontade, eles necessitariam uns dos outros para viver em sociedade. Temente às possíveis barbáries provenientes dos interesses individuais de

cada um, a política e o direito (e não o trabalho) seriam os responsáveis por organizar a sociedade e, conseqüentemente, humanizar os homens.

As correntes que defendem a democracia e a sociedade de direitos como instrumentos da libertação humana divergem com relação a suas proposições; contudo, todas parecem concordar que a cidadania é o instrumento capaz de viabilizar o processo de transformação social. De um modo geral, os intelectuais sitiados nesta categoria compreendem a cidadania como algo que está para além do capital e não diretamente vinculada a ele e, portanto, confundem emancipação política com emancipação humana.

Devemos ressaltar, antes de prosseguirmos com nossa análise, que as lutas dentro do cerco capitalista, ao qual estamos subjugados, é sempre válida e necessária; no entanto, a realização do homem enquanto ser humano só será possível em uma sociedade nova, que não esteja sitiada nos muros do capital. Marx e Engels, em seus escritos, já apontava para diversos mal entendidos (intencionais ou não) bastante freqüentes em sua época e intitulava tais argumentos/discussões de crítica. De nossa parte, o que fazemos aqui, de modo algum, está envolto por argumentações obscuras, muito menos sem bases e sem precedentes; tudo o que está sendo dito e corroborado é fruto de pesquisas das mais variadas e, portanto, cheia de rigor científico/acadêmico. Por séculos, o marxismo foi acusado de ser um mero economicismo<sup>1</sup> – e, até certo ponto, o foi –, mas o que pretendemos com a crítica ao modo de produção capitalista e à educação, de modo mais detido, não diz respeito a um retrocesso ou a uma tentativa de frear as forças que movem a dinâmica social, mas, na verdade, denunciar o que está por detrás deste discurso e apontar o que entendemos como emancipação humana sendo fiéis à sintaxe do termo e tendo em vista as condições materiais (portanto, econômicas) para não cair na fatalidade de perder-nos em puro palavreado e/ou especulações vãs.

Entendemos, respaldados por Tonet (2005), após Marx (2006) – ao tratarem dos direitos do homem –, que a cidadania não surge como prenúncio de uma sociedade

---

<sup>1</sup> Muitos intelectuais, das mais diferentes categorias, costumavam criticar o marxismo e mesmo o próprio Karl Marx de fazer uma análise da sociedade capitalista e dos demais modos de produção baseada apenas em questões econômicas, condicionando todas as outras instituições sociais aos ditames destas. A nosso ver, o marxismo teve (entre os que assim se intitulavam) intelectuais vulgares, assim como outros ramos da ciência. Como já deve ter ficado evidente em nossa breve exposição – e se for o caso pode ser constatado em estudos mais aprofundados –, Marx nunca determinou as entidades sociais à produção, no entanto, diz que esta determina e é determinada pela superestrutura, sempre numa relação dialética. Por razões como essa, buscamos ser tão criteriosos em nossa crítica, com o fim de não cometermos equívocos desse tipo!

emancipada, mas de uma sociedade política, capitalista; ou seja, este termo, tão abordado em nossos dias, sempre existiu, só não era tão “popular”. Os direitos do cidadão não são os direitos do homem; o primeiro diz respeito àquele homem isolado do seu semelhante e, por conseguinte, da comunidade, trata-se do homem egoísta. A liberdade deste indivíduo consiste, pois, em tudo aquilo que não prejudique o direito de propriedade (privada) do outro. “Desta forma, nenhum dos possíveis direitos do homem vai além do homem egoísta, do homem como membro da sociedade civil; ou seja, como indivíduo destacado da comunidade, limitado a si próprio, ao seu interesse privado e ao seu capricho pessoal” (MARX, 2006, p. 33).

Percebendo isso, Tonet (2005) demonstra o porquê de a solidariedade ser apontada como consequência necessária a esse processo. Enquanto mônodas isoladas, os homens só estão preocupados com seus próprios interesses; desta forma, o individualismo e a competitividade são características que parecem naturais aos olhos dos desavisados. Logo, a solidariedade, neste contexto, deve assumir a forma de caridade, boa vontade e/ou assistencialismo com o intuito de amenizar as atrocidades provenientes destas relações.

Apoiados no discurso de uma inevitável situação de catástrofe advinda deste convívio em estado quase irracional – em que prevalecem os interesses individuais –, a burguesia instala seus ideais de liberdade, igualdade e propriedade que deveriam reger e delimitar a sociedade, permitindo, pois, uma convivência pacífica. Assim, os homens seriam livres para vender sua força de trabalho ao capitalista e esse para comprá-la, se assim o desejasse; ambos seriam iguais do ponto de vista jurídico, ou seja, o proletário tem uma mercadoria e o dono das máquinas necessita dela, ambos entram em acordo e, finalmente, cada um é proprietário de algo, o trabalhador da sua força de trabalho e o capitalista dos meios de produção.

Tais relações causam consequências bastante nocivas ao homem, enquanto indivíduo, e a humanidade como um todo. O homem se diferencia do animal por ser capaz de antever o processo de produção em sua mente, mesmo antes de fazê-lo, e é nesse processo que ele se humaniza, ou seja, se diferencia dos demais animais. Resumidamente, enquanto o animal se adapta à natureza, o ser humano a adapta a ele. No contexto capitalista, esse processo é usurpado ao homem; o sujeito, portanto, é o

capital. O homem não produz para si, mas para um ser estranho a ele; em Marx, tal processo é descrito como alienação. Encontramos, portanto, quatro tipos de conseqüências nefastas que caem sobre o homem durante esse processo: 1) o trabalhador não escolhe o que vai produzir, ele vende sua força de trabalho ao capitalista por determinada quantidade de horas e esse deverá decidir o que fazer com elas; 2) o trabalhador não escolhe como ele vai produzir; ao vender sua força de trabalho, ele nega sua consciência que também é parte comprada pelo capitalista; 3) o trabalhador não reconhece o seu companheiro de labor, muito menos o capitalista, como seu semelhante, mas como um concorrente e, por fim, 4) ele não faz parte da sociedade em que vive, pois nada do que produz lhe pertence, por isso, não se reconhece enquanto gênero. O capitalista, apesar de não sofrer tão diretamente essas conseqüências, como ser humano, no entanto, não está livre delas. Desta forma, o trabalho neste tipo de sociabilidade pode fazer tudo, menos humanizar. Marx (2006, p. 113) compreende da seguinte forma esse processo nas leis da economia política:

(...) quanto mais o trabalhador produz, menos tem de consumir; quanto mais valores cria, mais sem valor e desprezível se torna; quanto mais refinado o seu produto, mais desfigurado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto, mais desumano o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente se torna o trabalhador; quanto mais magnífico e pleno de inteligência o trabalho, mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna escravo da natureza.

Desta forma, a luta pela cidadania é um avanço do ponto de vista histórico-concreto, pois este contribuiu para o avanço da humanidade até o capitalismo e, neste, com o avanço das forças produtivas como hoje as conhecemos. No entanto, isso não significa dizer que atingimos o ápice do desenvolvimento ou mesmo que com a simples universalização dos direitos e deveres políticos o conseguiremos, justamente por estes estarem circunscritos à lógica da sociedade capitalista. Os ganhos e os avanços conseguidos no âmbito político pela classe trabalhadora são louváveis, contudo, eles são instáveis, pois estão sempre sob domínio do capital que não vacilará em reavê-los no momento em que se ver ameaçado. Ressaltamos, novamente, que a emancipação política não deve ser entendida como o fim, o qual, na perspectiva do marxismo, só poderá ser a liberdade plena da humanidade.

Em resumo, a comunidade política, da qual o cidadão é momento essencial, não é e nem poderá ser uma comunidade real, efetiva, porque no solo social que lhe dá origem as relações entre os homens não são de união, mas de oposição, não são de mutuo enriquecimento, mas de mutua desapropriação. E

se, de algum modo, alguma união existe entre eles, ou é como uma imposição político-jurídica, ou como uma reação alienada (solidariedade, assistência, “campanha de fraternidade”) ou, ainda, como resistência e como luta tendo em vista a construção de uma comunidade efetivamente humana (TONET, 2005 p. 121).

Formar o homem, portanto, não deve limitar-se a tomá-lo como parte da comunidade política, mas como ser pleno e amplo, levando-o a agir conscientemente, não só no que diz respeito ao campo educativo (como se tem enfatizado), mas também à vida social extra-escolar. Porém, sob essa lógica, muitos intelectuais caem em um erro que consideramos extremamente perigoso: o fim da escola, ou ao menos da sua função mister. O papel da Escola ao longo dos séculos foi o de repassar os conteúdos acumulados pela humanidade, a saber: a arte, a ciência, a cultura, etc., porém de forma desigual – já tratamos disso anteriormente. Percebendo isso, há uma corrente de sérios pesquisadores que apregoam o fim desse repasse, emaranhado-se nos mais diversos discursos. O que não se percebe é que a Escola, assim como outras instituições sociais, está sob o jugo do capital, portanto, enquanto permanecer desse modo, ela jamais estará a serviço dos seres humanos. Assim sendo, acreditamos que a problemática em si não está nos conteúdos que compete à escola tratar, mas no modo como eles estão sendo utilizados para justificar as concepções político-ideológicas de determinado grupo hegemônico.

Por pressuposto, tais perspectivas entendem que a ordem social na qual vivemos está repleta de contradições e imposições que limitam o pleno desenvolvimento da espécie. Por outro lado, as críticas e horizontes apontados por essas correntes que se entendem como progressistas não rompem com o cerne do problema. Não são poucos os discursos que buscam um novo modelo de escola, contudo, suprimindo – ou deixando em segundo plano – o caráter mais importante desta instituição, ou seja, o repasse do conhecimento científico. Apoiadas nestas afirmações, que percebem a escola como um espaço onde a ação educativa está restrita à lógica do sistema, os defensores desta concepção propagam a idéia da escola como um espaço alienante, conservador, reprodutivista, a-crítica, etc., e, portanto, buscam lutar contra todas essas características.

No entanto, esses discursos levam em suas entrelinhas um caráter bastante enganoso. Concordamos com Tonet (2005) quando ele afirma que é papel de uma educação formal possuir uma sólida base metodológica que busque no contexto onto-histórico suas raízes de fixação; do contrário, a escola estará perdida em um mero

discurso superficial repleto de empirismo e voluntarismo, colaborando ainda mais para perpetuar esta forma de sociabilidade desumanizadora. Portanto, reafirmamos, uma vez mais, a necessidade da articulação entre teoria com a prática, sob o risco de cairmos no mesmo erro que os chamados filósofos de gabinete<sup>2</sup> caíram. Isso significa dizer que muitos educadores buscam um ideal de educação que não condiz com a realidade exeqüível, e acabam presos na armadilha das belas palavras inúteis. Cabe, ainda, enfatizar que a conjugação entre o trabalho intelectual com o manual só será plenamente possível em uma nova sociedade, na qual o homem é livre para pensar seu fazer; afinal, na sociedade de classes a cisão entre teoria e prática não é uma patologia, senão algo intrínseco ao próprio sistema, operado por ele.

Entendemos, pois, que o conservadorismo faz parte sim do papel educativo; foi por meio dele que o homem evolui de sua condição natural e foi capaz de desenvolver as forças produtivas como hoje a conhecemos. É fundamental no processo de ensino transmitir o conhecimento acumulado; do contrário, é impossível conceber como o homem seria capaz de criar o novo, haja vista que o novo só é novo em relação ao velho (ultrapassado). Para que assim o seja, faz-se necessário que algo seja superado; e como lograremos tal êxito, se não o conhecemos? É papel da escola promover esse processo, afim de ampliar e potencializar esses resultados.

Vale notar, porém, que não estamos falando de conservadorismo no sentido político-ideológico, mas no sentido ontológico. Conservar, transmitindo às novas gerações aquilo que foi decantado e se transformou em patrimônio do gênero humano é absolutamente fundamental para a continuidade desse mesmo gênero. Isso independe, em princípio, da existência de classes sociais. O que significa dizer que também acontecerá em uma sociedade plenamente emancipada, embora, é claro, com profundas diferenças em relação a uma sociedade de classes (TONET, 2005, p. 217).

Assim sendo, fazemos a seguinte analogia: do mesmo modo como o homem transforma a natureza (*matéria-prima passiva*) por meio do trabalho, a educação contribuiria para a transformação da sociedade na medida em que aquela (enquanto sujeito) transformaria esta (*matéria-prima ativa*) que é o homem. Sobre esse assunto, trataremos no tópico seguinte. Procuraremos esboçar a perspectiva de emancipação humana marxiana e, por conseguinte, uma educação que condiga com tais ideais sempre

---

<sup>2</sup> Marx e Engels (2007) assim intitula os filósofos materialistas (que como Feuerbach) se incumbiam do papel de pensar o mundo, sem, no entanto, conhecê-lo, estando, este, circunscrito aos seus próprios umbigos. O autor ainda acrescenta que assim como as circunstâncias são mutáveis, os homens também o são e, portanto, aquele que educa deve ser educado; caberia ao povo, agora, educar seus educadores.

alicerçadas sob a ótica de Marx e de autores que buscam uma perspectiva de educação omnilateral.

## **2. Trabalho, emancipação humana e omnilateralidade**

Neste último tópico, trataremos da formação humana omnilateral, que apesar de não estar descrita aprofundadamente e de forma direta nos escritos de Marx e Engels, sua filosofia nos permite atribuir essa definição ao ideal de educação presente em suas obras. Para melhor delinear essa filosofia educacional, tomaremos alguns autores que estudam as obras de Marx e Engels, tentando vincular ensino com produção material. Desde já, entendemos que este é um longo caminho a ser percorrido e entendemos que não seremos capazes de esgotar esse assunto; na verdade, pretendemos contribuir com as discussões já existentes e organizar, ampliando, perspectivas que se apresentam um tanto difusa.

Acreditamos que já ficou bem claro durante todas as nossas discussões que a educação por si própria não é capaz de transformar a realidade social, contudo, seu papel é decisivo nesse processo. Antes de tratarmos a fundo deste ideal de formação, cremos ser necessário delinear em que realidade essa seria praticável.

Marx e Engels propunham um novo tipo de sociabilidade a qual era baseada na propriedade comum dos bens. Para isso, ambos visualizam, após minuciosas análises, o fim da exploração de uma classe por outra, a abolição da propriedade privada e a socialização dos meios de produção. Como isso, muito provavelmente, não acontecerá pela boa vontade da classe opressora, cabe a sua classe antagonista fazê-lo. Segundo Marx e Engels (2006, p. 97), a única classe verdadeiramente capaz de concretizar a revolução é o proletariado. Por ser a classe atingida concretamente pela burguesia ela é a única capaz de aniquilá-la: “antes de mais nada, a burguesia produz seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis”. Em contrapartida, temos o capital tentando frear com todas as forças esse processo que cada vez mais parece inevitável.

Em meio a isto, diversos intelectuais observam uma nova forma de sociabilidade, onde, na base, está abolida a existência da propriedade privada e todos os homens, coletivamente proprietários das condições de produção, podem emergir realmente livres; já não existem mais nem as classes sociais nem, conseqüentemente, o

Estado tal como o conhecemos (a gerir os interesses de classe); essa nova sociedade é uma sociedade comunista. Somente em uma sociedade onde os homens sejam o verdadeiro sujeito das ações, poderemos, então, pensar em uma educação que conjugue a teoria com a prática; em outras palavras, somente em uma sociedade em que o trabalho se emancipou do jugo do capital, a humanidade, livremente associada, será capaz de decidir os rumos de sua existência.

Uma nova vida econômica, sem alienação do produtor nem do consumidor, porque a produção e consumo estão de fato a serviço do homem, torna-se assim condição necessária – ainda que não suficiente – para uma moral superior, na qual o bem de cada um se combine com o bem da comunidade (VÁZQUEZ, 2008, p. 223).

É importante enfatizar que isso não significa que o trabalho não regerá mais o homem. Já dissemos e devemos repetir, o homem só se forma no e pelo ato de transformação do seu meio. Marx (2011) concebe que, mesmo em uma sociedade emancipada, ou seja, comunista, ainda será necessário um tempo de trabalho mínimo. Todos os homens devem trabalhar, pois para comer é preciso trabalhar com o cérebro e com as mãos; ademais, deve ser dado à “(...) cada qual, segundo a sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades” (MARX, 1985, p. 215). É claro que o trabalho será mínimo, restando, pois, bastante tempo para que o homem possa desenvolver todas as suas potencialidades. Tal fato já é bastante visível atualmente, porém por estar subjugado ao capital, o tempo livre não é dedicado à construção do ser humano de forma plena, mas feito de super-exploração. Portanto, concluímos que não é possível o trabalho livre sem o trabalho necessário; além de estarem intrinsecamente ligados, as necessidades provenientes do ócio (arte, cultura, política, etc.) jamais existiriam se não emanassem das relações advindas da base material.

O homem avançou enquanto ser social e individual, tendo, o capitalismo, cumprido o seu papel na História. Produziu tantos bens e se desenvolveu a tal ponto que, teoricamente, permitiu que todos os seres humanos desfrutassem do tempo livre e das benesses deste avanço. O desafio não diz mais respeito a limitar o tempo a poucos para o desenvolvimento das riquezas, mas em distribuir esse tempo livre. “A poupança de tempo de trabalho é equivalente ao aumento do tempo livre, tempo para o desenvolvimento pleno do indivíduo, desenvolvimento este que, como a maior força produtiva retroage sobre a força produtiva de trabalho” (Marx, 2011, p. 594).



Deste modo, concluímos que o trabalho é o meio pelo qual o homem satisfaz suas necessidades (imediatas e mediatas); no contexto em que vivemos, no entanto, essa satisfação está disfarçada sob diferentes formas e não cessa de oprimir a humanidade, e somente no comunismo podemos considerá-la livre. Na sociedade capitalista, o potencial do trabalho desaparece, pois ele é dado e é organizado pelo capital; a satisfação está no não-trabalho<sup>3</sup>. Assim sendo, a livre realização (satisfação) está no ócio a que todos terão acesso quando o trabalho se emancipar do jugo do capital. Torna-se imperativo a redução da jornada de trabalho. Esta é, pois, a primeira e fundamental imposição do trabalho assalariado frente ao despotismo do capital para a implementação de uma nova sociedade.

Por entender o sistema fabril como o germe da educação do futuro, aquela que “conjugará trabalho produtivo de todos os meninos além de certa idade com o ensino e a ginástica, constituindo-se em método de elevar a produção social e em único meio de produzir seres humanos plenamente desenvolvidos” (MARX, 2008, p. 549), as mulheres e crianças não devem ser excluídas deste processo de trabalho. Ressalvas, contudo, devem ser feitas. Como o conhecemos, o trabalho nas fábricas deve ser abolido, porém, seguindo determinadas prescrições, ele é um dos mais poderosos meios de transformação da sociedade no atual estado em que se encontra.

A seguir, propusemo-nos a fazer uma breve análise das idéias contidas nos diversos manuscritos de Marx e Engels sobre as prescrições para o trabalho infantil e feminino. Tendo em vista a época em que os escritos foram redigidos, não procuramos nesta exposição elaborar ou, ainda, renovar o sugerido pelos autores há séculos; buscamos, apenas, expor as idéias formuladas por estes pensadores sobre esses temas e se estes ainda encontram respaldo em nossos dias ou se devem ser reavaliados. Ressaltamos, ademais, que, do arcabouço conceitual de Marx e Engels, poderemos extrair elementos relevantes para uma filosofia da educação. Algo mais abrangente do que métodos de ensino, por exemplo.

---

<sup>3</sup> Marx (2010) denuncia que a exploração do trabalhador no modo de produção capitalista é tanta que o seu ofício, supostamente fonte de seu deleite, torna-se algo enfadonho, martirizante, um sacrifício ao qual ele deve submeter-se apenas para adquirir uma quantia de dinheiro, muitas vezes, paga ao fim do mês. Para o proletariado, a vida começa quando termina seu expediente na fábrica, quando ele vai ao bar, senta-se à mesa ou quando se deita para dormir.

Destarte, podemos prosseguir. No tocante ao trabalho feminino devem ser respeitadas as limitações impostas pelo próprio corpo da mulher, além de atividades que possam ser nocivas ao mesmo. Para as crianças, de ambos os sexos, o trabalho deve estar sempre vinculado à atividade mental e física. Marx e Engels compreendiam que, em sua maioria, a classe operária era – e é – formada por pessoas que não compreendem inteiramente que o futuro da humanidade depende diretamente da sua prole, ou seja, a sociedade do futuro está sendo gerada na classe operária nascente. Deste modo, é de vital importância que ela seja salva dos efeitos esmagadores do sistema.

Em um texto intitulado *Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório*, Marx delineia como deveria ocorrer essa educação da classe trabalhadora. Para o autor, as crianças deveriam ser empregadas, a partir dos 9 anos de idade, em oficinas, nas quais realizariam atividades condizentes com sua idade e capacidade, devendo ser pagas por seu trabalho. A divisão é composta por 3 categorias: o primeiro grupo seria o das crianças de 9 a 12 anos, trabalhando por 2 horas; o segundo grupo seria o das crianças de 13 a 15 anos de idade, trabalhando 4 horas; o terceiro, e último, seria o das crianças de 16 e 17 anos, que trabalhariam 6 horas, com intervalo de pelo menos 1 hora para refeições ou descanso.

A educação, por sua parte, deve ser composta por três características: educação mental, física e tecnológica. Ao intelecto, destinar-se-ia todo o conhecimento acumulado pela humanidade ao longo do tempo, dentre eles, a gramática, as ciências físicas e da natureza, deixando as questões políticas a cargo da família. Ao corpo<sup>4</sup>, atividades tais como são dadas nas escolas de ginástica e pelo exército e, por fim, a instrução tecnológica que deveria transmitir todos os ensinamentos acerca dos processos gerais de produção, além de iniciar as crianças e os jovens na prática e no manejo nos instrumentos elementares de todos os ofícios.

Não se trata, porém de uma instrução polivalente, que ensina um pouco de tudo, sem se aprofundar em nada, mas em uma instrução politécnica, que permite à classe operária se apropriar daquilo que é relevante para si e para a nova sociedade que se desenvolve. Assim, “a combinação de trabalho produtivo pago, educação mental,

---

<sup>4</sup> Marx e Engels se preocupavam bastante com a aparência dos membros da classe oprimida e nos males causados a eles pelo modo como viviam; quer dizer, trabalhando desde tenra idade e se alimentando muito mal, muitas vezes, essas crianças não cresciam sãs e, por vezes, deformadas. A ginástica e/ou exercícios físicos seriam meios de reparar tais atrocidades cometidas pelo sistema capitalista.

exercício físico e instrução politécnica, elevará a classe operária bastante acima do nível das classes superior e média” (MARX, 2012, p. 6). É isso que entendemos por uma educação omnilateral, ou seja, uma formação multifacetada que supere a divisão e a unilateralidade do atual modo de produção, libertando o ser humano da condição de fragmento e permitindo que ele se dedique aos mais variados assuntos de seu interesse; isso significa dizer, pois, que o homem já não é mais uma só coisa, mas o conjunto de todas elas. Tal perspectiva, entretanto, só poderá ser praticável em um novo tipo de sociabilidade, que aponte para além dos domínios do capital.

Por eso incluye también la reapropiación del proceso y el producto del trabajo, en cuanto globalidades, por el conjunto de los trabajadores, y su reorganización en cuanto procesos particulares. Con ello será posible que ese elemento de libertad presente en el trabajo en general del que antes hablábamos sea ejercitado por todos los hombres, y no únicamente por aquellos, los capitalistas, que personifican a la potencia todavía dominante en la producción, el capital. Al propio tiempo, al recuperar el hombre el dominio compartido de la producción en general y del proceso laboral en particular, recupera y refuerza el papel formativo y auto-formativo del trabajo como actividad y como relación social (ENGUIA, 1985, p. 323).

Nesse ínterim, o papel do educador, realmente comprometido com o interesse das classes populares, será de extrema importância. Ele deve ter sempre em mente a necessidade de uma formação sólida e profunda, pois é ela que contribui enfática e verdadeiramente na transformação da realidade social. A educação cumpre seu papel emancipador quando age tendo como objetivo seu papel primário, ou seja, ensinar.

### 3. Referências

ENGUIA, M. F. **Trabajo, escuela e ideología: marx y la crítica de la educación**. Madrid. Akal, 1985.

MARX, K. Crítica ao Programa de Gotha. In - MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**, vol. 2. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1985.

MARX, K. A Questão Judaica. In – **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, K. **O Capital**. 26 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K. **Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, K. **Instruções Para os delegados do Conselho Geral Provisório.** As Diferentes Questões. pp. 01-12 disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm#n45>> Acesso em 21 jan. 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** 10 ed. São Paulo: Global, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

TONET, I. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética.** 30 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.